

Descapitalização e inflação, binômio execrado por Bulhões

As perspectivas brasileiras serão altamente promissoras se forem removidos dois empecilhos — a inflação e a descapitalização das empresas —, afirma o ex-ministro Octávio Gouvêa de Bulhões no trabalho "Preparo de Ambiente Propício às Inovações", distribuído pelo Movimento Nacional pela Livre Iniciativa. O trabalho de Bulhões é o primeiro de uma série que o Movimento Nacional pela Livre Iniciativa vai divulgar.

Segundo Bulhões, parece "temerário", em meio à multiplicidade de embaraços, mencionar apenas esses dois obstáculos, mas a explicação é simples: "Na multiplicidade dos fenômenos adversos figuram os reflexos dos dois assinalados males, que se agravam no curso do tempo por não serem enfrentados".

O governo — acrescenta — limita-se a cercear a expansão dos efeitos inflacionários e, embora isso seja meritório porque impede a hiperinflação, ou seja, o caos econômico e financeiro, "é uma luta inglória porque exige sacrifícios sem oferecer qualquer esperança de melhoria".

Quando o governo — diz o ex-ministro —, no combate aos efeitos inflacionários, restringe o crédito e vende títulos no mercado, seu propósito é restringir a expansão monetária, sem, contudo, conseguir eliminar a influência expansionista. "Sua atuação periférica é, entretanto, suficiente para provocar recessão. A elevação da taxa de juros torna o financiamento mais dispendioso para as empresas e exerce nociva influência sobre o mercado do capital acionário ao induzir a poupança a deslocar-se para o mercado de crédito."

"Esse movimento" — assinala — "agrava a descapitalização das empresas, diminuindo-lhes a capacidade de investir; faz declinar a produção e aumentar o desemprego".

"Para esmorecer os resultados nocivos do excesso de endividamento e estimular a aplicação da poupança no capital próprio das empresas" — afirma Bulhões — "seria conveniente aliviar os dividendos do piso tributário, a par da medida de combate à causa da inflação". Para Bulhões, são várias as causas da inflação, mas todas elas se consubstanciam no excesso de dispêndio sobre a receita do Tesouro.

Descentralização

No capítulo I do trabalho, depois de analisar diversos problemas energéticos, Bulhões diz que a multiplica-

dade de fontes geradoras de renda exige regime de acentuada descentralização de iniciativas, que por sua vez requer da população amplo conhecimento profissional e apreciável difusão educativa. "É um nível de qualidade incompatível com o excesso de aumento da quantidade populacional" — observa.

Na opinião de Bulhões, as perspectivas para o País são brilhantes, mas ressalva que para se atingir o progresso "não podemos continuar jungidos à descapitalização da economia, agravada por uma inflação supostamente invencível".

"Nossa descapitalização já é muito acentuada" — assinala — "e é urgente prover as empresas de capital, reduzindo-lhes o endividamento e apoiando-as na realização de investimentos, por meio dos quais reativa-se a economia, sem incorrer na provocação de surtos inflacionários". Mais adiante, Bulhões diz que a taxa de juros incorpora a taxa de inflação, mesmo em se tratando de juros subsidiados.

Sem proveito econômico

No capítulo II — "Capitalização das empresas e acionistas multinacionais" — Bulhões discorre sobre as teorias de Keynes e em seguida sobre o papel das multinacionais.

Ainda para Bulhões, embora a fase atual do Brasil seja de subutilização de equipamentos e de desemprego, o recomendável "é precisamente a intensificação de investimentos e a utilização de poupança existente no financiamento desses investimentos".

"A poupança" — enfatiza — "está sendo aplicada no mercado monetário, sem maior proveito econômico". A poupança utilizada no mercado monetário — acrescenta — é restrita a operações de prazo curto e de modo algum ampara a produção no aumento de sua produtividade. Limita-se a financiar o governo na redução do desequilíbrio orçamentário e muito contribui para manter os preços em alta, observa.

Bulhões aponta os erros que estão sendo cometidos e em outro ponto do capítulo II propõe a participação dos empregados no capital das empresas, para a realização de novos investimentos. No capítulo III — "Causas da inflação e da recessão" — trata do déficit público e da expansão do crédito e qualifica a correção monetária de "insuportável". E o gradualismo de "insustentável".